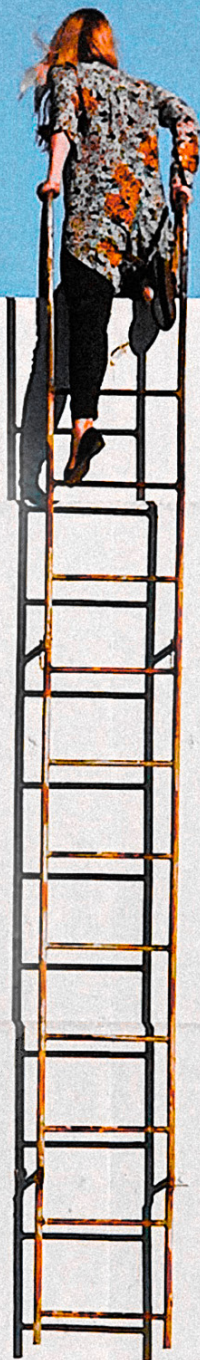


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

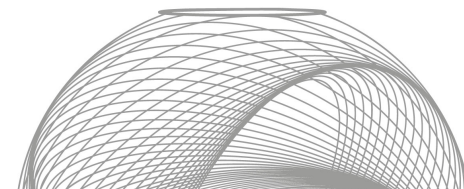
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

| | |
|----------------------|-----------|
| Prefácio..... | 12 |
|----------------------|-----------|

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

| | |
|--|-----------|
| Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea..... | 13 |
|--|-----------|

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta..... | 30 |
|--|-----------|

Iná Elias de Castro (UFRJ)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito..... | 46 |
|---|-----------|

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão..... | 66 |
|---|-----------|

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher..... | 75 |
|---|-----------|

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica | 89 |
|--|-----------|

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

| | |
|--|--|
| Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111 | |
|--|--|

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

| | |
|---|------------|
| Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”..... | 130 |
|---|------------|

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

| | |
|--|------------|
| Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral..... | 147 |
|--|------------|

Daniel A. de Azevedo (UnB)

| | |
|---|------------|
| Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência..... | 174 |
|---|------------|

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

| | |
|--|------------|
| Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço..... | 195 |
|--|------------|

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

| | |
|--|------------|
| Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos | 215 |
|--|------------|

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

| | |
|---|------------|
| Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política..... | 230 |
|---|------------|

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

| | |
|--|------------|
| Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade..... | 254 |
|--|------------|

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

| | |
|---|------------|
| Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso..... | 278 |
|---|------------|

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

| | |
|---|------------|
| Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico..... | 298 |
| <i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i> | |
| Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia..... | 313 |
| <i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i> | |
| Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica..... | 335 |
| <i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i> | |
| Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente..... | 347 |
| <i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i> | |
| Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central..... | 368 |
| <i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i> | |
| Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais..... | 396 |
| <i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i> | |
| Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional..... | 416 |
| <i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i> | |
| Sobre os Autores..... | 438 |

PARTE I

BASE

CONCEITUAL

FRONTEIRAS: REJEIÇÃO, APEGO, OBSESSÃO¹⁶

Michel Foucher

*Institut d'études politiques de Paris
michelandrefoucher@gmail.com*

Parâmetros do exercício de uma soberania e um dos parâmetros de identidade política enquanto quadro de definição de uma cidadania, as fronteiras são marcadores simbólicos, necessários à nação [*en quête*] em busca de um interior (dentro) para interagir com um fora (exterior). É como Hermès sem Héstia e reciprocamente. Sem essa dualidade, como se sentir membro de uma comunidade política, de uma nação ou de um conjunto multinacional, capaz de decidir seu destino?

Além da história e da geopolítica, trata-se, antes de tudo, de antropologia, que convida a admitir a polaridade do espaço humano expresso nas mitologias antigas com a dupla figuração de um interior tranquilo, fechado, estável, e um exterior inquietante, aberto e móvel. Os gregos antigos o descreveram sob a forma de um par de divindades unidas e opostas: Héstia e Hermes.

Passar uma ponte, atravessar um rio, cruzar uma fronteira, é deixar o espaço íntimo e familiar onde se está em seu lugar para penetrar num horizonte diferente, um espaço estrangeiro, desconhecido, onde nos arriscamos, confrontando com aquilo que é outro, de se descobrir sem lugar outro, sem identidade [...] Para que realmente exista aí um interior, ainda é necessário que ele se abra para o exterior para o receber em seu seio. E cada indivíduo humano deve assumir sua parte Héstia e sua parte Hermes. Para ser você mesmo, é necessário se projetar para aquilo que é estrangeiro e se prolongar no e por ele. Permanecer fechado em sua própria identidade é se perder e deixar de ser. Nós nos conhecemos, nos construímos pelo contato, a troca, o comércio com o outro (Vernant *apud* Foucher, 2018, p.5).

16 Texto originalmente publicado em 2018, na Revista *Pouvoirs*, intitulado *Frontières: rejet, attachement, obsession*. Agradecemos ao autor e à revista por terem aceitado sua republicação nessa coletânea. Tradução de Ricardo Nogueira.

Foi isso que escreveu o historiador da Antiguidade grega Jean-Pierre Vernant, por ocasião do sexagésimo aniversário do Conselho Europeu, em 2009, num curto texto gravado sobre uma placa de cobre colocada num ponto da Europa entre Kehl e Strasbourg, cruzando o Reno, antiga linha de fronteira tornada fronteira pacífica.

Rejeição de limites?

Na doxa (opinião) contemporânea, a fronteira, no sentido de limite político internacional reconhecida, é chamada (tende a) a desaparecer. Esta convicção é dividida por correntes influentes, cuja convergência não deixa de surpreender, como mostra a tipologia exposta a seguir.

O ideal de um *mundo sem fronteiras* foi anunciado desde 1990 pelos teóricos da “mundialização”, que visavam uma ampliação do mercado de produtos padronizados, quaisquer que fossem as culturas e as trajetórias econômicas. Keniche Omae, autor do slogan, exprimia o forte poder das firmas japonesas, que a Sony era o modelo. A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi a ferramenta de uma abertura generalizada dos mercados, que facilita a reorganização das cadeias de produção em escala mundial. O destino deste poderoso movimento econômico é atingido pelo famoso GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), que ignoram as fronteiras fiscais – únicas testemunhas da missão soberana dos Estados. A Comissão europeia, apesar de dominada por uma abordagem muito liberal, deve lutar, com sucesso, para impor as regras.

À prática “sem fronteira” dos atores da hipermodernidade acrescentou-se, na década de 2010, a retórica regressiva de abolição das fronteiras, primeiro no Oriente Médio, em virtude das destruições dos postos de fronteira entre a Síria e o Iraque, como podemos ver num vídeo de Deach (Estado Islâmico), difundido no verão de 2014 sobre “o fim do acordo de Sikes-Picot” (acordo para dividir o Oriente árabe em duas zonas de influência francesa e inglesa, assinados em 1916), anunciando que o novo califado aboliria todas as fronteiras do Oriente¹⁷. A ideologia espacial no Islã militante foi, na realidade, operadora de uma nova ordem geográfica nomeada de acordo com as configurações idealizadas de um Islã de origens fantasiosas: Khorasan, Bilad, el-Cham...

Após anos de conflitos civis internacionalizados, os Estados surgidos no Oriente no início do século XX, se tornaram mais sólidos que o esperado, ao preço de destruições humanas trágicas. A dicotomia entre um *Dar al-Islam* (domínio do islã) e um *Dar al-Kufr* (espaços dos descrentes) não permanece sustentada senão pelos grupos jihadistas. A ordem westfaliana, fundada sob o primado de soberania dos Estados, impôs-se à ordem islâmica (como prova a posição do partido Ennahdha, na Tunísia, que situou sua luta por uma ordem político-religiosa num único quadro nacional).

17 Estado Islâmico do Iraque e Al-Shâm, “The End of Sykes-Picot” (video), Jihadology.net, 29 junho de 2014.

Encontramos um discurso de rejeição em certos historiadores do continente africano (tal como Achille Mbembe) que considera que a abolição das fronteiras africanas seria o último estágio da descolonização. A corrente unitarista tem adeptos: seguido por Kwame Nkrumah e os panafricanistas, que defendem, de modo insistente, os reagrupamentos regionais. Estes últimos, aliás, estão em curso, entre os Estados saaro-sahelicos soberanos, para encarar as ameaças político-militares provocadas por setores jihadistas que ignoram as fronteiras.

Desde 1964, com a Declaração do Cairo da Organização da Unidade Africana, os Estados africanos assumiram as configurações herdadas do (curto) período colonial, ao passo que um ambicioso programa de demarcação está em curso desde 2007, sob a égide da União Africana. Mais impressionante é a reativação por certos grupos radicais de formações históricas pré-coloniais, como, por exemplo, o Kanem-Bornou (Boko Haram, no Nordeste da Nigéria) ou o califado do Macina (pela nova Frente de libertação do Macina). Este último exprime a frustração da população Peuls do delta interior do Níger, e não uma vontade de redistribuição territorial.

Num registro diferente, a questão migratória na Europa foi o momento de produção de uma literatura de rejeição das fronteiras amplamente comparadas às barreiras e aos muros. É verdade que os Estados da União Europeia tinham levado muito longe sua prática de livre circulação interior. Negligenciou-se tanto a gestão dos limites externos que a extensão contínua da União Europeia deu lugar à política externa.

As agressões concebidas no exterior e as pressões migratórias excepcionais têm ameaçado desqualificar um dos fundamentos da construção europeia: a livre circulação. As opiniões públicas lembram os Estados neoliberais e seus deveres soberanos: garantir a liberdade e a segurança. Regular os confins (*fines regere*, como se escrevia no século XVIII) é uma exigência coletiva.

Colocar o cursor no ponto de equilíbrio entre a responsabilidade e a solidariedade é algo delicado, merecendo um debate democrático sereno. Restaurar a visibilidade das fronteiras preenche a ansiedade cultural, às vezes, fantasiada, frente aos ruídos e ódios do mundo. Isto é suficiente? A dialética do compartimento e da abertura ocorre a longo prazo: do *front* à fronteira (ou o contrário, em caso de crise), da linha de soberania à zona, do fechamento à passagem. Longe de ser uma barreira, a fronteira moderna e civilizada é um conjunto linear de pontos de travessia. A boa fronteira, nos espaços em regime democrático, é, às vezes, aberta e controlada.

Para outros adeptos da rejeição, a fronteira permaneceria, portanto, sendo o último obstáculo que deve ser derrubado, pois, ela contradiria a utopia de um mundo globalizante, voltada a submeter ao princípio do direito generalizado de livre circulação dos indivíduos: o controle é apresentado como atentatório à liberdade, uma regressão frente à modernidade encarnada pela mobilidade. A abolição das fronteiras seria um progresso, seu restabelecimento um regresso, a livre travessia um direito do homem imprescritível e, o filtro, uma aberração condenável.

Este sem-fronteirismo de um novo gênero recusa a necessidade política de uma distinção espacial: eles e nós. Sem este limite simbólico, como se sentir membro de uma comunidade nacional e política, como cidadão, e não como indivíduo? O huma-

nismo serve de tela à liquidação do político em proveito do econômico, ou seja, “[...] liberar ao máximo a economia da regulação política, considerada como um entrave ao seu caminho. É neste quadro que é necessário compreender a mundialização e a marginalização dos Estados-nações enquanto obstáculos ao império global do mercado” (Gauchet, 2016, p.316).

É razoável, no plano político, observar as questões migratórias exclusivamente em termos de direitos humanos, segundo a linha do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), classificando todos os migrantes como refugiados sem os distinguir daqueles que possuam motivações econômicas? Como organizar a mobilidade em vez de submetê-los à migração? Por que não realizar acordos entre países de origem e países de destino?

No fundo, pode-se aceitar o princípio de um universalismo radical “em virtude do qual não haveria senão indivíduos na superfície do planeta que devem poder instalar-se onde eles quiserem em função de seus interesses? (isto implica que não existe mais comunidade política capaz de definir suas relações com o exterior)” (Gauchet, 2016, p.40). Não se pode, portanto, reduzir a problemática das fronteiras contemporâneas à única dimensão migratória, como é o caso desde 2015. Testemunha disso foi a exposição intitulada “Frontières”, apresentada no Museu Nacional de História da Imigração, em Paris, entre janeiro e maio de 2016, quando tratou da realidade de questões migratórias – tema distinto em sua gênese, suas modalidades e suas consequências.

Apego: o retorno das fronteiras

“A” fronteira, objeto genérico, é, portanto, frequentemente condenada enquanto reminiscência arcaica. “Num mundo desmilitarizado e aberto às trocas, a fronteira perde seu sentido” (Lévy; Lussault, 2003, p.15). Ela se torna um resto anacrônico num mundo supostamente “pós-westfaliano”¹⁸. Porém, ela se mostrou resistente. Certamente, o fenômeno fronteiro suscita um desconforto cultural quando ocorre o domínio de leituras que confundem limite e barreiras, controle e coerção. Uma fronteira não é um traço abstrato, mas uma instituição, inscrita no direito e estruturante, resultado de conflitos e tratados, de negociações e de decisões. Atravessá-la facilmente não a anula.

As sociedades onde nós vivemos são as “sociedade de história” e, igualmente, as “sociedades geográficas”, inseridas num contexto contemporâneo determinado, que afeta cada indivíduo, mesmo que escape. A globalização envolve os Estados soberanos, ao passo que o Estado mais “mundializador” – os Estados Unidos da América –, é tão preso a seus direitos soberanos que tem a tendência de impor ao exterior suas leis de aplicação extraterritoriais (zona bloqueada, restrições impostas às empresas ocidentais no Irã e outros).

18 “La fin d’une définition westphalienne des limites internationales, c’est-à-dire fondée sur la traduction territorialement linéaire de l’équilibre des forces entre les États, implique que l’expérience de la frontière se différencie des conditions de l’appartenance citoyenne” (Szary, 2015, p.80).

A percepção de um excesso de abertura explica, senão o retorno, pelo menos a reafirmação das fronteiras, não somente em razão dos desafios de segurança e migratórios. A fronteira é o lugar do exercício de funções soberanas permanentes. Abolir as fronteiras seria negar os Estados.

Uma lembrança histórica parece oportuna neste ponto da reflexão: as fronteiras, expressão de generalização recente, na França, pela circunscrição (que se efetuará sobre os contornos do Estado), são contemporâneas dos Estados que possuem uma base territorial. Em francês, a palavra “fronteira” origina-se de *frontier*, que vem de frente – “*Y m’est tard que demain soit pour aller voir l’Anglais em frontiere*”, atribuído à Joana D’arc pelos *Mystères du siège d’Orleans*, que encenam o cerco da cidade pelos ingleses (1428-1429). A fronteira é o lugar onde o inimigo aparece. E a longa história da Europa é da passagem da frente, da linha de frente, à fronteira, pacificada e, portanto, aberta.

O processo de civilização da violência levou tempo e conheceu uma aceleração no final da Guerra dos Trinta anos (1618-1648), quando os tratados de 1648, chamados de Münster ou de Westphalie, colocaram um ponto final e inventaram certos atributos do Estado moderno com soberania reconhecida por seus pares. O princípio de base foi assim anunciado: *cujus régio, ejus religio* (a cada príncipe sua religião). Tratava-se de separar geograficamente as religiões sobre a Terra de tal modo que, após ter traçado um limite entre a Terra e o céu, separaria a religião do político. A fronteira oferecia a garantia de praticar sua religião em segurança, após “a distância entre o Além e os negócios da cidade”: “Os Modernos conseguiram “civilizar” a violência, dentro do quadro protetor em que se constituiu o Estado, entre a secularização das instituições, defesa dos direitos, edificação das fronteiras, segurança dos cidadãos...”, segundo a análise de François Saint-Bonnet (2017).

A este respeito, a comparação entre a Guerra de Trinta Anos e o conflito interminável do Oriente-Médio¹⁹ – em que a dimensão de oposição irreduzível entre duas interpretações do Islã, xiita e sunita, é reforçada pelas ambições laicas das potências regionais – oferece perspectivas de compreensão eficaz e talvez de solução frente a um jihadismo radical adepto de um “mundo sem fronteiras”, isto é, de conquista. Vimos isto mais acima.

Após 1648, iniciaram-se, na Europa, negociações de delimitações de fronteiras e de cartografia dos limites, ao passo que o modelo europeu de fronteiras lineares se estendeu ao resto do mundo – por exemplo, 252 mil km de fronteiras terrestres internacionais em 2018, e as disputas entre Índia e China, Índia e Paquistão, Rússia e Ucrânia, Marrocos e Espanha, e Irlanda. Vivemos num mundo westfaliano em suas características e suas reivindicações territoriais, sua competição jurídica para os recursos e a afirmação de potência projetada em zonas de influência, que se delimitam em torno de metafronteiras.

19 Cf. le discours de l’auteur lors de l’université d’été de la Défense, à Bordeaux, en 2014.

Obsessão das fronteiras?

A obsessão contemporânea das fronteiras assemelha-se à categoria “barreira” que Emmanuel Kant, em sua reflexão sobre os campos do conhecimento matemático e das ciências da natureza, opôs a “limite” (*die Schranke versus die Grenze*): “[...] os limites supõem sempre um espaço que se encontra no exterior de um lugar determinado e que fecha este lugar; as barreiras não exigem nada disso: elas são somente negações” (Kant, 1993, p.164). *Die Grenze* é o termo alemão para “fronteira”, próximo de *granica* das línguas eslavas, e que provém de *Kreuz*, a cruz marcada nas árvores a serem cortadas para definir um limite nas regiões de floresta.

Inspirando-se nesta distinção, a fim de aplicar ao território, é possível considerar que a primeira é uma noção negativa, de interdição, que sinaliza apenas o lado de cá, enquanto o limite (o *limes* dos agrimensores romanos encarregados do cadastro, depois os estrategistas militares em campanha) é uma noção positiva, que circunscreve e sinaliza o além. Um é, de fato; o outro, de direito.

A barreira remete ao processo de partição sustentada pelos Estados em questão de segurança e que contrasta com a multiplicação dos fatos de circulação e de abertura. Ela assinala uma mundialização negativa, além da banalização das práticas de segurança.

O caso mais espetacular de obsessão de fronteira é encarnado pela promessa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de construir um “muro, grande, bonito, potente” na fronteira mexicana. Promessa cumprida: a ordem presidencial foi assinada cinco dias após assumir a presidência. Em 27 de julho de 2017, o Congresso aprovou um orçamento de U\$ 1,6 bilhões para a extensão de uma cerca fronteira e o reforço da barreira existente sobre três segmentos (U\$ 784 milhões para uma nova cerca e U\$ 498 milhões para um muro no vale do Rio Grande, Texas, e trabalhos de consolidação em San Diego, Califórnia). Tal montante foi incluído na conta “Defesa, veteranos e energia” do projeto de orçamento de 2018 (para um montante de U\$ 788 milhões), com os democratas tendo falhado em obter um voto separado e negativo, que poderia ter sido apoiado pelos republicanos eleitos nas circunscrições com fortes comunidades de imigrantes.

É, portanto, o contribuinte americano que vai financiar a construção. Os custos totais não são conhecidos e, quando de uma auditoria no comitê de segurança interior e de negócios governamentais do Senado, John Kelly, chefe da administração presidencial, admitiu que seria improvável que um muro se estendesse de “mar a mar” e que não estava em questão aumentar o montante de seu custo total, mesmo com uma estimativa de U\$ 22 milhões – dados de um relatório do Departamento de Segurança Interior estadunidense. Em setembro de 2017, uma amostra de oito protótipos de porções de muro em metal e concreto, de cinco metros e meio a nove metros de altura, foram expostos em San Diego, em frente a Tijuana. Custou U\$ 20 milhões. Um concurso está aberto, que será dividido entre guardas de fronteira e os engenheiros. O Ministério de Negócios Estrangeiros mexicanos pediu às fabricas de

cimento do México que não atendessem aos pedidos de compra, embora eles tivessem direito de fazer segundo o Acordo de Livre-comércio Norte-Americano (ALENA). Parece que eles escutaram.

Esta obsessão é uma cena infantil e eleitoreira do endurecimento fronteiriço. Ora, este projeto não é nem popular (62% se opõem) nem bipartidário (74% dos republicanos são a favor, contra 8% dos democratas – mas, o índice cai a 63% para os republicanos eleitos a menos de 500 km da fronteira)²⁰. Pela simples razão de que a *interface* americano-mexicano criou uma vasta região linear integrada, única no mundo e animada por aproximadamente 50 cidades gêmeas que fazem do limite estatal um recurso.

As trocas transfronteiriças ultrapassam U\$ 1 milhão e meio por dia; as maquiadoras (fábricas de montagem instaladas no México por empresas americanas e asiáticas) funcionam a pleno vapor; uma cultura mestiça está formada, há gerações, em torno da diáde americano-mexicana, a mais ativa e a mais legalmente atravessada do mundo, em 48 cidades fronteiriças: 189 milhões de passageiros, 42 milhões de pedestres e 11 milhões de caminhões. Por um único porto de entrada de San Ysidro, são 28 milhões de pessoas e 11,4 milhões de veículos. A fronteira é uma *interface* que estrutura a vida e as atividades cotidianas.

Além disso, o fim dos fluxos mexicanos para os Estados Unidos, observado desde 2013 após quatro décadas de migração contínua, é resultado mais do desenvolvimento do México e da queda da fecundidade que do reforço da Polícia de Fronteira e dos repatriamentos. A maior onda migratória para os Estados Unidos proveniente de um único país – 12 milhões de residentes atuais, a maior parte entrados ilegalmente – acabou; o fluxo parece se inverter e existe mais retorno de reagrupamento familiar no México que entrada.

A retórica do muro, na contracorrente das realidades demográficas, humanas e culturais, encarna uma ideologia mais substancial de questionar a abertura econômica (ameaça sobre a ALENA e posturas protecionistas contra a Europa e a China) e demográfica, desde que Donald Trump apoiou um Projeto de Lei visando reduzir à metade, em 10 anos, o número de estrangeiros admitidos legalmente nos Estados Unidos (um milhão de *greencard* concedidos por ano). Essas posições são coerentes com as reivindicações da base eleitoral composta que assegurou sua eleição: nativos e classes operária e média obcecadas pela percepção de um risco de rebaixamento; incertezas sobre a realidade do “sonho americano”; e, sentimento de perda de controle dos efeitos da globalização iniciada sob Ronald Reagan. A China está, entretanto, mais à vontade na economia mundializada: é o aspersionado regado.

Portanto, é este o sintoma do fim de um ciclo de influência mundial apoiado por uma política de atração fundada sobre os valores da abertura. A inquietação e as frustrações de um eleitorado – a demanda política – quem apoia uma ideologia de retorno – a oferta do presidente atual dos Estados Unidos – informa sobre os limites atingidos pelo consenso fundador em torno da igualdade de oportunidades para o trabalho e para os riscos – base da adesão democrática americana. Tal consenso pa-

20 Pew Research Center, 8 de março de 2017.

rece contradito por um sistema de classe fechado em seu estrato médio e superior. E a percepção de um bloqueio interno não pode senão conduzir a um fechamento ao exterior ilusório, mas tranquilo. A oferta encontrou seu público. Seria, portanto, errado de não perceber aí apenas uma anomalia americana.

*

Os discursos sobre a fronteira, dos mais extremos aos mais simplistas porque discordantes da realidade de um mundo aberto e em interação – da qual a díade americano-mexicana é exemplo – exigem uma resposta política. Na Europa, ocorre o mesmo tanto à nação quanto à fronteira, que é seu contorno: sua negação persistente levou a um retorno brutal da repressão, como exigência de proteção e segurança.

Os políticos agora estão de acordo em apontar a clivagem nas ações políticas entre as sociedades abertas e as sociedades fechadas. Ora, tal retorno dos limites tornados invisíveis pela mundialização econômica comporta, a meu ver, uma dimensão eminentemente positiva, porque lembra o lugar dos Estados, das nações e das construções políticas na história humana. Os marcadores simbólicos são necessários à toda vida coletiva, sobretudo, por se abrir e tirar proveito das interações proporcionadas por um mundo interdependente. Saber se situar no tempo e no espaço é uma das condições da consciência coletiva. Caso contrário, estaríamos condenados ao acosmismo²¹, à negação de um mundo que caracteriza os povos privados de qualquer confrontação com a alteridade. Um mundo mesquinho é um horizonte desejável?

Referências

AL HAYAT MEDIA CENTER. **Video: Islamic state media branch releases ‘The end of Sykes-Picot’**. Belfast Telegraph, Belfast, 1º jul. 2014. Disponível em: <https://www.belfasttelegraph.co.uk/video-news/video-islamic-state-media-branch-releases-the-end-of-sykes-picot/30397575.html>. Acesso em: 4 maio 2023.

FOUCHER, M. **Frontières: rejet, attachement, obsession. Pouvoirs, Les frontières**, [s. l.], n. 165, p. 5-14, abr. 2018. Disponível em: <https://revue-pouvoirs.fr/Frontieres-rejet-attachement/>. Acesso em: 4 maio 2023.

GAUCHET, M. **Comprendre le malheur français**. Paris: Stock, 2016.

KANT, E. **Prolégomènes à toute métaphysique future qui pourra se présenter comme science**. Paris: Vrin, 1993,

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. L. (Ed.). **Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

SAINT-BONNET, F. **À l’épreuve du terrorisme: les pouvoirs de l’État**. Paris: Gallimard, 2017.

21 Expressão utilizada por Hegel para caracterizar a filosofia de Espinoza, que significa a negação do mundo real e sensível. (N.T.).

SZARY, A. A. **Qu'est ce qu'une frontière aujourd'hui?**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.